

Despesa de pessoal cai para menos da metade comparada com a Receita Corrente Líquida

Todas as greves dos servidores têm esbarrado numa mesma política do governo: não há mais verbas para reajustar salários e a única forma de “economizar” é impor as gratificações de desempenho e rebaixar ainda mais o valor relativo da remuneração dos aposentados.

O orçamento de 2006 deverá ser sancionado pelo Presidente da República no dia 12 de maio. Em seguida, o governo começará a enviar ao Congresso os projetos de lei que dão destinação aos R\$ 5,1 bilhões incluídos no orça-

mento para reajustes salariais dos servidores.

Esse é um número totalmente insuficiente para atender às demandas da categoria. Ele está adequado à atual política do governo. Mas ele poderia ser bem maior, de acordo com as próprias leis em vigor.

É o que demonstra um estudo elaborado pelo economista Washington Luiz Moura Lima, que também é assessor de sindicatos de servidores do judiciário federal.

O arrocho salarial promovido nos últimos dez anos reduziu as Despesas com Pessoal (pagamen-

to de servidores públicos federais, ativos, inativos e pensionistas, civis e militares) para menos da metade da Receita Corrente Líquida da União (RCL) - Receita Corrente da União menos as transferências constitucionais e legais, benefícios previdenciários e contribuição para o PIS/PASEP.

Em 1995, o total das despesas com pessoal foi de R\$ 37,8 bilhões e a RCL, de R\$ 67,2 bilhões, o que representa 56,2% do total da Receita. De lá pára cá esse percentual vem caindo sistematicamente. Em 2005, a despesa com pes-

soal foi de R\$ 84,6 bilhões e a RCL, de R\$ 303 bilhões. Embora tenha havido o crescimento nominal das despesas de pessoal, a fatia percentual foi bem menor que nos anos anteriores, caindo de 56,2% para 27,9%.

A Lei de Responsabilidade Fiscal limita a 50% as despesas de pessoal frente à RCL. Anteriormente, a Lei Camata (L.C. 82/95) limitava a 60%. Em qualquer caso, o comprometimento das despesas de pessoal está muito longe dos limites. Para se ter uma idéia do que representa em termos de remuneração, se em 2005 fosse utilizado o mesmo percentual de 1995, a despesa de pessoal poderia chegar a R\$ 170,3 bilhões. Como foi gasto apenas R\$ 84,6 bilhões, haveria condições de aumentar a remuneração durante o ano de 2005 em mais 101,11%.

Essa diferença entre 1995 e 2005 do empenho da RCL, mostra claramente o quanto do orçamento público está sendo desviado da remuneração dos servidores para o pagamento da dívida, através dos superávits fiscais, para grande felicidade dos bancos e especuladores.

Essa diferença entre 1995 e 2005 do empenho da RCL, mostra claramente o quanto do orçamento público está sendo desviado da remuneração dos servidores para o pagamento da dívida, através dos superávits fiscais, para grande felicidade dos bancos e especuladores.

Carta Aberta ao Presidente Lula

Começou a circular a carta ao Presidente Lula confrontando a política do governo com as reivindicações da categoria, conforme decisão do 12º Congresso do Sindsep. Para passar em seu local de trabalho, baixe do nosso sítio na internet: www.sindsep-df.com.br.

Em 2002, com base nos 13 compromissos assumidos com nossa categoria, os servidores federais fizeram parte dos 53 milhões que o elegeram. Constatamos que nossas reivindicações não foram atendidas, particularmente a implantação dos Planos de Carreira e o retorno da paridade entre ativos, aposentados e pensionistas.

O que tivemos, ao contrário, foi a contra-reforma da previdência, duro ataque à aposentadoria dos servidores. O governo também respondeu a nossas greves com a política das “gratificações de desempenho”, que individualizam o contrato de trabalho, aprofundam a quebra da paridade e abrem caminho para demissões com base na Emenda Constitucional 19, de Bresser Pereira-FHC. Acordos firmados em 2005 foram abandonados e esquecidos em 2006.

Hoje, perguntamos: para quê um segundo mandato? Para atender nossas reivindicações, implantar os planos de carreira, terminar com o arrocho salarial sobre os servidores, principalmente do PCC, PSST e demais categorias do executivo não contempladas, restaurar a paridade ativo aposentado, revogar as contra-reformas da previdência (EC 20, 41 e 47) ou para continuar produzindo superávits primários em favor dos especuladores? Para atender as reivindicações por terra, salário, emprego, serviços públicos, moradia e soberania nacional ou para continuar beneficiando os grandes empresários nacionais e multinacionais?

Sr. Presidente, suas respostas a estas questões refletirão diretamente na posição que os servidores públicos e suas famílias irão adotar diante do processo eleitoral de 2006.

Em defesa da soberania nacional, do Brasil e da Bolívia

A decisão da Bolívia de nacionalizar o gás e o petróleo (hidrocarbonetos) é um passo na linha do atendimento das reivindicações da juventude e dos trabalhadores bolivianos. A propriedade dos recursos naturais é parte constitutiva da soberania das nações e povos. Na Bolívia, como no Brasil e em todos os países, o gás, o petróleo, a água, a terra, devem pertencer somente aos povos.

A nacionalização deve ser apoiada sem hesitação pelos trabalhadores brasileiros

que nada têm a perder com a medida, ao contrário, teremos mais um ponto de apoio em nossa luta em defesa da soberania do Brasil na qual se integra a luta em defesa dos serviços públicos.

Sectores das elites brasileiras fazem uma gritaria xenofóbica contra o povo boliviano com falsos argumentos sobre inexistentes “prejuízos” que a medida traria ao povo brasileiro. Eles são os mesmos que apoiaram a onda de privatizações que, essas sim, arrancaram patrimônio do povo para encher os bolsos de

banqueiros e multinacionais: Cia. Siderúrgica Nacional, Usiminas, Vale do Rio Doce, ferrovias, estradas, bancos estaduais. A lista é imensa e foi engordada recentemente com a lei de concessão das florestas, por exemplo, que é um passo para a privatização na Amazônia. Em todos esses momentos, foram os trabalhadores, a juventude e os movimentos populares que se levantaram contra essas medidas. Também agora são esses os setores que se solidarizam com o povo boliviano.

Anulação da privatização da Vale do Rio Doce

Um abaixo-assinado impulsionado pela deputada Doutora Clair (PT-PR) defende a anulação do leilão de privatização da Vale do Rio Doce, no governo FHC. O documento será entregue ao presidente Lula cobrando que ele tome uma posição favorável à anulação da privatização da empresa, tirando a União da condição de ré para a de autora, num processo em tramitação na Justiça.

O movimento se apóia em recente decisão judicial da Quinta Turma do Tribunal Regional de Brasília de dá prosseguimento às ações contra a privatização. Dentre os argumentos usados nos processos, questionam-se os critérios de avaliação do patrimônio da Vale do Rio Doce que resultaram na sua venda por um preço muito aquém do seu real valor. Avaliada em R\$ 10 bilhões, com base no valor das ações ordinárias em poder da União, a empresa foi vendida por R\$ 3,3 bilhões. Em 2005, a Vale obteve lucro de R\$ 10,5 bilhões, comprovando o preço vil pelo qual foi vendida.

Greve do Incra se fortalece a cada dia

Na sexta-feira, dia 05.05, os servidores em greve do Incra foram surpreendidos com um documento da presidência do órgão enumerando uma série de re-

taliações aos grevistas e determinando a centralização do ponto e a identificação de quem ocupa cargo comissionado.

O departamento jurídico do Sindsep já está avalian-

do se há alguma ação abusiva no memorando, entendido pelos servidores como um instrumento de intimidação da direção do Incra, para tomar as providências necessárias. Mas, apesar

disso, a greve do Incra vem crescendo. Já são 16 unidades em greve, além da sede em Brasília, e nesta segunda-feira, dia 08.05, outras superintendências do país realizam assembléia pa-

ra deliberar sobre a greve. A estratégia agora é intensificar a luta durante esta semana, considerada decisiva pelos grevistas, e conseguir uma audiência com o presidente do Incra.

Ibama instala Comando Nacional de Greve

Nesta segunda-feira, dia 08.05, será instalado o Comando Nacional de Greve, com representações de todos os estados. Com exceção do Ceará, todas as demais representações estaduais do Ibama aderiram à greve. Também na segunda-feira, representantes dos servidores deverão se reunir com o presidente do Ibama para tratar do andamento das negociações.

Esta semana, a Condsef, o Sindsep e a Asibama devem entrar com ação conjunta contra ação em que a direção do Ibama quer declarar a greve como abusiva e ilegal e exigir o levantamento dos piquetes. A decisão foi tomada em reunião entre representantes das três entidades e dos servidores em greve.

No sábado e domingo últimos, dias 06 e 07.05, os servidores do Ibama foram para o Parque da Cidade distribuir documento que explica as razões da greve com a intenção de sensibilizar a sociedade em relação às reivindicações da categoria.

Servidores da Funai farão mobilização no MP

Os servidores da Funai farão a partir desta segunda-feira (08.05) uma concentração em frente ao Ministério do Planejamento. O objetivo é cobrar a publicação da portaria que instala o GT que irá discutir o Plano de Carreira Indigenista. Os servidores pretendem manter a mobilização em frente ao MP até que a portaria seja publicada. Os nomes que irão compor o GT foram definidos no dia 26 de abril, o que configura mais de dez dias de espera. Os servidores também querem que os prazos para os trabalhos do GT sejam revistos, para que o projeto possa ser encaminhado a tempo ao Congresso Nacional.

MDIC faz ato no MP

Os servidores do PCC do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) realizaram um ato (foto) na última sexta-feira, 05.05, no estacionamento localizado entre o Ministério do Planejamento e o MDIC, para cobrar do MP, mais uma



vez, que as negociações do plano de carreira sejam retomadas. Essa é a intenção dos servidores e da direção do MDIC. A intransigência do governo em negociar para cumprir os acordos de 2005 já provocou o acúmulo

de 8,2 mil processos.

A paralisação da análise desses processos causa transtornos para o governo, com a redução da arrecadação tributária, e também para o empresário, inviabilizando a participação em lici-

tações, o funcionamento regular de empresas, além de postergar investimentos para a modernização e ampliação industrial, o que compromete a competitividade e limita o comércio exterior, entre outros prejuízos.

Calendário Condsef

Calendário Condsef	
08.05	Seminário sobre Diretrizes de Carreira para o Serviço Público em conjunto com as Entidades Filiadas.
09.05	Seminário sobre Diretrizes de Plano de Carreira em conjunto com a FENASPS e CNTSS
10.05	Plenária Extraordinária do Setor da Seguridade Social (MTE e DRTs, MS e FUNASA/DATASUS e Previdência) no auditório do SINDSEP-DF.
10.05	Plenária Extraordinária dos Servidores do PCC dos Setores em greve da Agricultura e Funai.
11.05	Reunião da Diretoria Executiva da CONDSEF.
12.05	Plenária Extraordinária do Setor da Cultura.
12.05	Plenária Extraordinária do Setor da AGU.

SINDSEP-DF Expediente: Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal – SINDSEP/DF – Fone: 3212- 1900. Conselho Editorial: Edison Cardoni (coordenador da Secretaria de Imprensa), Roberto Monteiro de Oliveira, Leonio Gomes Lacerda, Ricardo Jacome, Joel de Oliveira, Marta Rosângela e Carlos Henrique – Jornalista: Giselle do Valle DF2361JP / Cia Propaganda – Fotos: MI Management – Projeto Gráfico e Diagramação: Ronaldo Alves DF0207DG – Tiragem: 10.000 – Impressão: Red Graf

Atenção! Servidores da Cultura fiquem atentos à convocação das assembléias para eleição dos delegados à plenária da Condsef.